

## *A Política de Defesa Nacional(\*)*

---

*António Vitorino*

---

(\*) Intervenção de Sua Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional incluída no programa do Curso de Defesa Nacional (CDN/97) proferida no Instituto da Defesa Nacional em Lisboa em 4 de Junho de 1997.

## **1. INTRODUÇÃO**

Quero, antes de mais, agradecer à Direcção do Instituto de Defesa Nacional a oportunidade de vos dirigir hoje algumas palavras. Coincide este minha intervenção com o encerramento do Curso de Defesa Nacional 1996-97, coincidência essa que não é propositada mas apenas resultado de outros compromissos que me impediram de aqui vir na data inicialmente sugerida.

Estive no outro dia a recordar a intervenção que aqui fiz no ano passado, e que teve de coincidir também com o encerramento do Curso. Constatei assim duas coisas: não só o carácter permanente da Política de Defesa Nacional, o que me impedirá hoje de ser substancialmente inovador, como também o facto de a minha vida profissional continuar tão preenchida hoje quanto o era em Maio de '96. Sigo um pouco aquele ditado de que mais vale morrer cansado do que de tédio...

O final de um curso, e especialmente um curso tão rico como o vosso, constitui uma excelente oportunidade para se olhar para trás e inventariar os objectivos alcançados. Aproveitarei assim hoje esta oportunidade para partilhar convosco o caminho traçado neste último ano pelo Ministério da Defesa Nacional, e aquilo que nos propomos fazer no curto e médio prazos.

## **2. UM MUNDO EM MUDANÇA**

Se é verdade que os princípios que governam a política de Defesa Nacional revestem um carácter permanente, não é menos verdade que o cenário que presentemente os envolve atravessa um período de profundas mudanças. Princípios como a garantia da independência e a salvaguarda do interesse nacional, a protecção do interesse público, ou a defesa militar do país contra qualquer agressão ou ameaça externa, são decerto permanentes, e não é intenção de ninguém pô-los em causa. Mas Portugal não se encontra isolado do mundo, e o âmbito em que

esses princípios se vão aplicar sofre inevitavelmente o impacto da mudança.

E nestas últimas semanas temos sentido essas transformações com particular intensidade: eleições derrubam partidos que se encontravam solidamente no poder; rebeliões armadas afastam ditadores; inimigos de há décadas assinam acordos de cooperação; um comentador da CNN descreve a cerimónia da assinatura em Paris do Acto Fundador entre a NATO e a Rússia como representando o fim da Guerra Fria.

Embora seja certamente difícil localizar o fim do conflito bipolar num único ponto no espaço e no tempo, – há quem defenda, por exemplo, que o fim da 2.ª Guerra Mundial na Europa começou em Estalinegrado –, não há dúvida de que vivemos num novo mundo, felizmente não a visão pessimista que Aldous Huxley descreveu nos anos trinta. Na semana passada o General George Joulwan, Comandante Supremo Aliado na Europa, veio apresentar-me as suas despedidas, pois passa em breve à reserva. Descreveu-me a cooperação militar que se desenvolve com os russos, não só na Bósnia mas, também, no próprio quartel-general aliado em Mons. Um dos seus adjuntos, que é oficial general russo, tem o seu gabinete num edifício onde durante a Guerra Fria se faziam os planos de contingência para a defesa de Berlim...

Não podemos ficar insensíveis a tudo isto, até porque somos intervenientes neste mundo em reconstrução. A Europa é hoje um continente muito diferente daquele que George Marshall referiu no seu célebre discurso em Harvard, faz amanhã cinquenta anos. As nossas necessidades são outras; as nossas capacidades mais desenvolvidas.

Esta alteração do quadro das ameaças, hoje mais difusas, menos controladas, obedecendo a outros critérios de racionalidade e de previsibilidade, impõe-nos, e à política de Defesa Nacional em particular, a necessidade de redefinir certos conceitos. Factores aparentemente exógenos à Defesa Nacional, como a Conferência Inter-Governamental da União Europeia, ou as adaptações em curso na Aliança Atlântica, acabam por ser cruciais para a definição das nossas prioridades em matérias de segurança e defesa.

### 3. OS OBJECTIVOS DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Daí que o último ano tenha sido de enorme relevância para este processo interno, e que os meses vindouros abram as portas para uma abrangente *reforma das estruturas de Defesa Nacional*, nomeadamente no seio das Forças Armadas, reforma essa que não é de hoje nem da autoria exclusiva do Governo a que pertencem.

Recordemos, em traços breves, os objectivos deste exercício:

- *Preparar as Forças Armadas de forma a que elas sejam capazes de cumprir com prontidão e eficácia as missões que lhe sejam atribuídas.*
- *Manter o nosso país empenhado na arquitectura de alianças a que pertence, participando activamente nas reestruturações e redefinições em curso no plano euro-atlântico.*
- *Aligeirar as estruturas de apoio e administrativas das Forças Armadas, que não sejam essenciais ao seu desempenho operacional.*
- *Aperfeiçoar a legislação que defina juridicamente a subordinação das Forças Armadas aos órgãos competentes do Estado.*
- *E, por fim, reforçar a consciência de Defesa Nacional entre a população e dignificar na opinião pública as carreiras dos profissionais e as instituições militares.*

Assim, e se é verdade que os objectivos gerais da nossa política de Defesa Nacional se devem manter inalterados, (deverão ser poucas as modificações, no essencial, decorrentes do debate que visará reajustar o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e conseqüentemente o Conceito Estratégico Militar, à evolução da conjuntura internacional e às novas missões com que as Forças Armadas se vêm confrontadas), também é verdade que os instrumentos daquela política terão de ser reestruturados para melhor a implementarem. Dentro desses instrumentos assume relevância, óbvia e fundamental, a componente militar da Defesa Nacional.

Volto a socorrer-me do texto do Programa do Governo, que afirma que «o Governo prosseguirá o esforço de reorganização e modernização das Forças Armadas, dentro dos condicionalismos financeiros globais da acção do Estado, tendo em vista a constituição de uma força

*militar credível e garantir condições para o seu emprego, como e quando necessário. Para o efeito, importa proceder a uma reavaliação do Sistema de Forças e dos respectivos sistemas de armas e equipamentos, de forma a conseguir uma boa relação de custos/eficácia e a possibilidade de inflexão em caso de alteração do cenário do seu emprego.»*

Tomei a liberdade de citar textualmente todo este parágrafo pois ele resume, nas suas dez linhas, os grandes objectivos do Ministério da Defesa Nacional para esta legislatura, que são ao mesmo tempo aqueles que têm merecido, aqui e além, certa contestação e que poderão, por isso, enfrentar as maiores dificuldades. Robert Kennedy afirmou, no ano seguinte ao assassinato do irmão, que o progresso é uma palavra muito bonita, mas é a mudança que o motiva. E a mudança, avisou, tem os seus inimigos.

Quais são então as vertentes principais desta mudança: por um lado, *a execução das Leis de Programação Militar*; por outro, *a reestruturação do serviço militar*. É através da prossecução destes dois objectivos – significativos tanto em custos financeiros como nas decisões políticas que acarretam – que o Governo propõe estabelecer aquilo que a língua inglesa consegue descrever com maior poder de síntese: «leaner and meaner armed forces», ou seja: uma força militar reduzida, mas com um elevado grau de eficácia e de prontidão, com a capacidade de constituir um factor de dissuasão credível face a agressões ou ameaças externas, ao mesmo tempo que honrando os compromissos internacionais assumidos pelo Estado português.

#### **4. O REEQUIPAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS.**

Qual tem sido, neste contexto, o fio condutor da política seguida pelo Ministério da Defesa Nacional? Ao procurar um racional de credibilidade e de maior eficiência para as Forças Armadas, pretendeu-se um maior rigor e um critério mais eficaz na planificação das suas actividades, através de um melhor conhecimento da sua estrutura de forças, da forma como a execução orçamental da defesa se distribuía, da sua dimensão e, acima de tudo, das verdadeiras necessidades para

financiamento, sustentação e investimento. Através deste processo conseguiu-se identificar o modo como os meios disponibilizados se articulavam com as necessidades estratégicas, e como as capacidades existentes se relacionavam com as missões exigidas.

Foi nossa intenção, ao mesmo tempo, ir mais longe e dissecar a forma como os diversos planeamentos – estratégico, de forças, logístico e financeiro – se interligavam. Só assim poderá avaliar-se a sua relação com os orçamentos de funcionamento e de investimento, e saber quais as prioridades de cada Ramo, tudo isto em função de objectivos precisos e de programas de reequipamento que tenham em atenção a economia de despesas e evitem a inoperância dos meios e a disfunção do próprio Sistema de Forças.

As respostas dos Ramos foram sendo distintas e diferenciadas, e o propósito de racionalização em que nos envolvemos foi ganhando especial significado à medida que se iniciou o processo de revisão da 2.<sup>a</sup> Lei de Programação Militar. Por um lado, havia que adequar o reequipamento das Forças Armadas aos constrangimentos financeiros orçamentais sobejamente conhecidos; por outro, havia que flexibilizar a gestão financeira dos diferentes programas ao longo deste último ano de vigência da Lei, minorando alguns efeitos perversos decorrentes do facto de, durante a sua vigência, ela nunca ter sido objecto da revisão bienal prevista na Lei-Quadro da Programação Militar.

As «**Propostas de Forças**» que sustentavam os trabalhos desta revisão datavam já de 1994, pelo que houve também necessidade de as ajustar e harmonizar. Também o contexto de disfuncionalidade que rodeava os ciclos de planeamento de defesa, o nacional e o da NATO, assim como o desfasamento temporal na aprovação da maioria dos documentos estruturantes dos planeamentos estratégico e de forças, aumentaram as dificuldades, aconselhando alguma prudência na forma como se desenvolvia todo o processo de revisão da 2.<sup>a</sup> Lei.

Haverá agora quem questione o alcance desta revisão apenas para o horizonte do ano em curso. Entendeu o Governo, todavia, que este exercício era desejável, a fim de introduzir os acertos necessários no final do ciclo de planeamento militar. Irá, ao mesmo tempo, permitir que até ao final do ano a Assembleia da República possa debruçar-se sobre um novo instrumento jurídico de reequipamento das Forças

Armadas, a **3.ª Lei de Programação Militar**, destinada a vigorar para um ciclo de planeamento de seis anos (1998-2003), de acordo com uma alteração a Lei-Quadro que também iremos apresentar ao Parlamento. Este ciclo mais alargado, com revisões intercalares bienais, adequa-se melhor à lógica dos ciclos nacional e NATO, também eles bienais.

O objectivo prioritário deste exercício é o de evitar situações de descontinuidade no processo de reequipamento e de modernização das Forças Armadas. Por outro lado, não irá decerto dificultar a reavaliação do **Conceito Estratégico de Defesa Nacional e do Conceito Estratégico Militar**, a que já aludi, ou as consequências decorrentes dessa reavaliação na caracterização das Missões das Forças Armadas, do Dispositivo e do Sistema de Forças.

A evolução da ordem internacional tem vindo a favorecer o emprego da força militar na gestão de crises que vão surgindo a nível regional. A presença dos nossos soldados na Bósnia e em Angola é prova evidente destes novos cenários. A força militar tende, pois, a aparecer cada vez mais em apoio da política externa dos Estados, em acções onde o elevado grau de prontidão, e a versatilidade e a flexibilidade dessas forças, permitem uma condução política das crises diferente da tradicional, privilegiando uma estratégia onde a acção militar e catalisadora de acções políticas e económicas, em detrimento da confrontação directa. É neste quadro que pequenos países como o nosso tem vindo a desempenhar um novo papel, onde a importância da sua acção externa é largamente superior ao seu peso político tradicional, e onde a presença das suas forças militares em teatros externos constitui um eixo primordial da acção multilateral do Estado.

## 5. A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS.

É neste contexto que poderemos sistematizar a **Missão das Forças Armadas** em termos militares, diplomáticos e de interesse público, numa preocupação evidente com a defesa da independência e da soberania nacionais, mas ressaltando também a garantia da segurança colectiva e a sustentação da credibilidade externa do Estado. Aquela Missão só conseguirá ser levada a cabo com sucesso se ao mesmo tempo

se prosseguir o objectivo de estabelecer Forças Armadas eficientes, altamente profissionalizadas, preparadas e treinadas para a utilização de equipamento tecnologicamente sofisticado, reduzidas em estruturas e efectivos, e ajustadas a dimensão e à capacidade financeira do país.

Portugal não é um caso isolado na redução da fatia orçamental destinada à Defesa. Trata-se de uma tendência global, acentuada com mais relevo nos países europeus. A Defesa tem hoje pouco mais de 5% do Orçamento do Estado (1,7% do PIB). Não se prevê a médio prazo uma variação significativa deste número. Isso obriga-nos a um grande esforço de racionalização, de rigor na execução orçamental, e de cuidados adicionais na gestão dos recursos disponíveis. Este esforço de redimensionamento das Forças Armadas em função do modelo organizacional adoptado reflecte-se, por exemplo, na prioridade dada à racionalização do *sistema de saúde militar*, à melhor articulação do *sistema de ensino* entre os Ramos e com as instituições de ensino neo-militares, ou à reorganização das *indústrias de defesa*.

Reorganizar e modernizar as Forças Armadas tem sido um objectivo sucessivamente inscrito nos programas de vários governos. Não constitui propriedade intelectual do XIII Governo Constitucional. Ninguém ignora, por isso, que atravessamos uma ocasião propícia para uma reflexão sobre o modelo de Forças Armadas existente em Portugal, e qual o tipo de contingente mais desejável para levar a cabo os objectivos futuros da nossa política de Defesa Nacional.

Existe, na verdade, uma grande probabilidade de que na próxima revisão constitucional se atinja a maioria qualificada necessária para deixar de fazer depender, como exigência constitucional, a formação das Forças Armadas a partir de um modelo de **Serviço Militar Obrigatório**. Isto não significa, obviamente, que este deixe de existir logo que aprovada a revisão constitucional. Ou que o processo de estabelecimento de forças armadas profissionalizadas seja imediato e automático.

Se, como Ministro da Defesa Nacional, tenho a convicção de que as Forças Armadas deverão evoluir no sentido de, a prazo, serem constituídas exclusivamente por homens e mulheres voluntários e contratados, estou também igualmente ciente de que este objectivo só será alcançado de forma progressiva e gradual se a sociedade em geral,

e as instâncias políticas em particular, tiverem consciência do real significado de um tal modelo de Forças Armadas. Daí a necessidade de se encorajar este debate, não só sobre o modelo desejável mas igualmente sobre as formas de o implementar.

Quando afirmo o meu respeito pela Instituição militar não é porque a minha função de Ministro da Defesa Nacional a isso me obrigue. Pelo contrário. Tenho, enquanto Português e enquanto cidadão, a plena consciência do *papel imprescindível, insubstituível e central das Forças Armadas* na defesa da República e na definição da identidade nacional. É justamente por não contestar, um milímetro que seja, esse seu papel de relevo, que defendo a necessidade de nos dotarmos em permanência de uma força militar credível. A componente militar, embora não seja a única componente da política de Defesa Nacional, é todavia a sua componente essencial, sem a qual ela não sobreviveria. É unicamente através das Forças Armadas que se projecta a vertente externa da Defesa Nacional e é graças a elas que Portugal reforça com outros países os seus laços bilaterais no domínio da defesa. Um dos exemplos mais destacados desta acção é, sem dúvida, a *Cooperação Técnico-Militar* que mantemos com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, e que constitui uma mais-valia insubstituível da política externa portuguesa.

Por nunca pôr em dúvida a importância das Forças Armadas, tem o Ministério que dirijo procurado manter um diálogo institucionalizado com os militares, procurando criar assim as condições que contribuam para o aumento da sua motivação e da sua coesão interna. É importante que através deste diálogo nos consciencializemos também de algumas *disfunções* que no processo de gestão das Forças Armadas como, também, nas próprias estruturas organizativas do Ministério da Defesa Nacional e dos Ramos, por vezes deficientes e pouco operativas, com duplicações ou excesso de carga burocrática. Esta realidade reflecte o facto de ainda não ter sido suficientemente inferiorizada uma cultura nova de gestão, moderna e inovadora. Daí a necessidade de se prosseguir na adaptação à nova realidade dos diplomas referentes à *Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas*, bem como na revisão dos *diplomas orgânicos* dos serviços do Ministério da Defesa Nacional, militares e civis.

Por outro lado, é nossa prioridade também a publicação do *Estatuto dos Militares das Forças Armadas*. O processo de revisão deste diploma iniciou-se no ano passado e visa, sobretudo, dignificar a profissão de militar, harmonizar as carreiras, e adequar o estatuto dos militares às novas exigências de prestação do serviço militar e do respectivo desempenho, viabilizando a concretização de direitos estatuídos e consignados.

## 6. A ENVOLVENTE EXTERNA

Se o impacto inicial dos processos de reequipamento e de reestruturação das Forças Armadas é sentido primeiramente no plano político interno, não deveremos perder de vista que os objectivos da nossa política de Defesa Nacional não param nas nossas fronteiras. Eles repercutem-se no nosso empenhamento externo, na nossa participação em organizações como a NATO, a UEO, as Nações Unidas, ou a própria União Europeia. É justamente nestas frentes que prosseguem processos paralelos cujo resultados serão cruciais para as missões futuras das Forças Armadas e para a definição das nossas próprias prioridades no domínio da defesa.

- Na NATO está em fase de conclusão a reestruturação dos comandos da Aliança.
- Daqui a um mês a Cimeira da Aliança em Madrid vai convidar um grupo de países da Europa central a iniciar o seu processo de adesão.
- O Conselho Europeu vai ainda este mês encerrar a Conferência Inter-Governamental da União, definindo na revisão do Tratado, quer o futuro a médio prazo da sua componente de defesa, a UEO, quer a articulação desta com a União.

Gostaria, pois, de me debruçar um pouco sobre isto.

### a. A reestruturação interna da NATO

A primeira fase da reestruturação interna da NATO foi concluída com a definição do quadro geral da nova estrutura de comandos. Nessa

fase Portugal conseguiu garantir a manutenção em Oeiras de um dos três comandos regionais do Atlântico, cumprindo-se aquele que era o nosso principal objectivo político quando o processo de reestruturação se iniciou em finais de 1995.

É sabido que há ainda algumas dificuldades a ultrapassar quanto à definição da área de responsabilidade daquele Comando e à sua relação com os comandos europeus. Esta discussão ultrapassa o relacionamento bilateral, não se tratando, como alguns pretendem fazer crer, de uma guerra nossa com a Espanha. Trata-se, sim, pelo contrário, de alcançar um entendimento no plano bilateral que permita uma posição comum na Aliança e evitar um consequente enfraquecimento dos dois países ibéricos nas instâncias aliadas.

Conhecemos as posições espanholas e as razões políticas que lhes estão subjacentes. E com elas até nos podemos identificar, pois também o Governo português é minoritário e terá que ir ao Parlamento quando for acordada a nova estrutura militar. Temos, portanto, os mesmos problemas, em termos de Parlamento e de opinião pública, acrescidos ainda da necessidade de gerir uma sensibilidade que sempre existiu, — não a poderemos negar —, em tudo o que se relacione com o nosso único vizinho.

Mas o quadro geral e por si bastante claro: Portugal é país fundador da Aliança; o CINCIBERLANT existe há trinta anos como comando NATO sediado no nosso país; e tem, na actual estrutura, uma área de responsabilidade bem definida e que o comando supremo estratégico quererá certamente preservar na sua essência. Trata-se de um comando operacional de elevada qualidade, preparado não só para missões clássicas, mas também para as novas missões fora-da-área.

Deveremos, por isso, continuar, (como aliás temos sempre feito até agora), a raciocinar numa lógica NATO, defendendo as melhores soluções para a eficácia futura da Aliança, e não permitir que o diálogo caia na defesa de valores estritamente nacionais ou paroquiais.

### *b. A vertente europeia*

Embora Portugal tenha sido sempre considerado na NATO como um país marítimo, e por isso estejamos integrados na estrutura de comandos

da área atlântica, queremos também exercer essa vocação no quadro europeu. Daí a nossa participação na construção de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa, não só na própria Aliança como através do reforço operacional da União da Europa Ocidental, ideia aliás desencadeada por uma presidência portuguesa da UEO, durante a anterior legislatura. Seria primário partir-se do princípio de que, por isso, Portugal, como país atlântico, deverá, ou quererá, alhear-se do resto do continente.

Portugal também tem objectivos europeus. No plano político e económico temos aprofundado a integração europeia; no plano militar estamos há mais de um ano envolvidos na maior operação militar desencadeada em solo europeu no último meio século, e queremos aumentar a nossa participação e a nossa visibilidade na área do comando europeu da Aliança.

Não negamos as dificuldades que se tem criado para o desenvolvimento de capacidades autónomas europeias nos domínios da segurança e da defesa. Não negamos a crise de identidade que a UEO enfrenta, e que tem grandemente dificultado o seu crescimento. Não negamos tão-pouco a continuada dependência europeia das capacidades militares e logísticas dos Estados Unidos.

Daí a interrogação que continuará a envolver o estabelecimento de uma política de defesa europeia, que poderá eventualmente conduzir a uma defesa comum. Poderemos apenas lançar as bases deste projecto, atentos as realidades e sobretudo conscientes das suas limitações.

### *c. O alargamento das instituições*

Uma realidade indiscutível é a de que a Europa, embora ainda sangue, é um continente cada vez mais unido. Será talvez a liberdade jornalística que permite dizer-se que a Guerra Fria terminou há uma semana em Paris, mas é indesmentível que o panorama actual seria impensável há menos de uma década atrás.

O alargamento das instituições europeias as novas democracias da Europa central constitui um processo imparável, que estou certo só poderá fortalecer essas democracias e contribuir para a estabilidade do

continente. «Seja o que for que possa dividir-nos, a Europa é a nossa morada comum; foi um destino comum que nos ligou através dos séculos, e que continua a ligar-nos ainda hoje.» Esta citação é um exemplo claro de como uma mensagem por vezes nada tem a ver com o seu mensageiro, pois estas palavras foram ditas por Leonid Brezhnev numa visita à RFA em finais de '81!...

Um compromisso com Moscovo tornou-se justamente numa prioridade na construção de uma nova arquitectura de segurança europeia. Não por aquilo que se descreveu como a possibilidade de veto russo em assuntos internos da Aliança, mas sim porque constituía uma garantia de segurança para todos, não só para os novos membros como, sobretudo, para aqueles que não deverão entrar na primeira vaga de adesões.

Estou também seguro de que o alargamento a leste não será feito a custa da capacidade operacional da estrutura militar aliada. Os candidatos a membros estão cientes de que entrar na NATO significa, não só beneficiar de direitos inerentes ao estatuto de membro, como, também, assumir todos os seus deveres, contribuindo, através do reforço das capacidades político-militares da Aliança, para a sua função primordial de defesa colectiva.

## 7. EPÍLOGO

Tal como na minha intervenção de há um ano atrás, as minhas últimas palavras são para o **Instituto de Defesa Nacional**. Não só para agradecer, mais uma vez, o convite para estar aqui hoje, mas também para sublinhar o papel que esta instituição tem tido, e deverá continuar a ter, na definição das várias vertentes da política de Defesa Nacional.

Desde o início desta legislatura que tem sido objectivo do Governo, e do Ministério da Defesa em particular, dotar o IDN de uma estrutura versátil que permita a promoção da investigação nas áreas da segurança e da defesa. A Direcção do Instituto tem procurado várias formas de alcançar este objectivo, e a realização deste Curso é decerto uma das formas de o conseguir.

Como já referi, ao descrever os principais objectivos da política de Defesa Nacional, deverá ser também vossa prioridade, como antigos

participantes do Curso de Defesa Nacional, procurar formas novas e inventivas de reforçar a consciência de Defesa Nacional entre a população, especialmente entre as camadas mais jovens, assim contribuindo também para a dignificação, na opinião pública, dos profissionais e da Instituição militar.

Passam hoje exactamente oito anos que o Solidariedade venceu folgadoamente as eleições polacas. Gorbachev era Presidente da União Soviética, o Ayatollah Khomeiny tinha morrido na véspera, e os incidentes de Tiananmen atingiam o seu climax sangrento.

São apenas oito anos mas parecem, na verdade, uma eternidade. Parecem tempos vindos do outro lado do espelho, onde Alice encontrou uma terra fictícia que nada tinha a ver com a realidade.

Nesse País das Maravilhas, quando Alice disse à Rainha que não acreditava em coisas impossíveis, esta mostrou-se surpreendida, dizendo que o que faltava a Alice era a experiência: «Quando eu tinha a tua idade,» disse, «treinava-me meia hora todos os dias. Havia dias em que chegava a acreditar em seis coisas impossíveis antes do pequeno-almoço.»

Falta-nos já pouco para o almoço e eu espero não ter parecido querer levá-los a acreditar em coisas impossíveis. Neste aspecto concordo com Bismarak, para quem a política era a arte do possível. O que me atrai enquanto político não são as quimeras, o inexequível, mas antes os desafios. Estou bem ciente de que as tarefas que tenho pela frente não são nem fáceis, nem alcançáveis sem trabalho ou esforço.

Todos nós temos aqui um papel a representar, por mais secundário que possa parecer. Por isso desejo sinceramente que o encerramento deste Curso não constitua o fim do vosso interesse por assuntos de defesa, mas antes um impulso para uma dedicação mais consciente e mais profunda numa área que, afinal, diz respeito a todos nós, e que, justamente por isso, precisa de todos nós.

Obrigado.

*António Vitorino*